

Congresso não sabe como votará medidas

Arquivo JB

JORNAL DO BRASIL

impopulares

Rosângela Bittar e
Rita Tavares

BRASÍLIA — Na próxima quinta-feira, dia 15, o Congresso Nacional inicia um ano legislativo em que enfrentará problemas de que sempre fugiu: demissões de servidores públicos, privatizações e extinção de ministérios. Até hoje, estas medidas eram consideradas impopulares e implicavam na perda de votos. Com a eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República, alicerçada nessas bandeiras moralizadoras da administração, os parlamentares estão confusos. Sondam o eleitorado para descobrir se o impopular agora é popular.

Há pouco mais de um ano, em janeiro de 1989, esse mesmo Congresso não teve dúvidas e não assumiu a responsabilidade pela demissão de 84 mil funcionários contratados sem concurso. Demissão era um assunto impopular, assim como qualquer projeto de privatização. Alguns deles lotam gavetas até hoje. A convicção de que estava em sintonia com a sociedade fez com que o Congresso recusasse também a extinção de instituições públicas, chegando a recriar algumas que foram extintas. Agora, todas estas certezas foram por terra e o Congresso volta a trabalhar em clima de grande expectativa.

Políticos tarimbados preferem esperar os primeiros dias do novo governo para avaliar qual será o comportamento dos deputados e senadores, apesar de o líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros, apostar que Collor já tem maioria no Congresso. Sobre estes temas espinhosos — que fazem parte da reforma administrativa —, o Congresso vive uma contradição. “Há estudos que mostram que as despesas com as demissões de funcionários de uma instituição equivalem aos gastos de manutenção desse mesmo órgão. Assim, a extinção e a demissão seriam medidas apenas para repercussão popular”, pondera o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho.

Telefonemas — Com a experiência de quem foi líder do governo na Câmara e ocupa hoje o Gabinete Civil, o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) acredita que Collor só conseguirá a aprovação dessas medidas se tiver o apoio da sociedade. “Há três anos, não se pensava no fim do Partido Comunista único na União Soviética”, compara Ponte, antevendo a possibilidade de que o era impopular no ano passado se torne uma medida agradável à maioria da população. “Vamos ter o efeito bumerangue. Os que tentarem atrapalhar um esforço sério de correção econômica, serão marcados. Ser da oposição, não dará voto”, aposta o líder do PFL na Câmara, deputado Ricardo Fiúza (PE).

O futuro ministro da Justiça, deputado Bernardo Cabral, tenta conquistar o apoio do Congresso para a aprovação de uma lei delegada, que permita ao presidente fazer suas reformas sem que os parlamentares tenham de compartilhar responsabilidades. Mesmo quem está disposto a dar este tipo de delegação, como o ministro Luiz Roberto Ponte, não acredita que uma lei delegada seja aprovada pelo Congresso. “Muitos parlamentares me telefonaram preocupados com esta possibilidade”, re-

vela Ponte. A mesma inquietação chegou ao gabinete do deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), presidente em exercício da Câmara. “Só na noite de quarta-feira, 30 deputados me telefonaram contrariados.”

A confirmar-se a disposição atual dos parlamentares, Collor terá mesmo de se valer dos instrumentos normais para encaminhar seus projetos: as medidas provisórias e os projetos de lei. E o Congresso terá de ultrapassar os obstáculos que sempre são criados contra a aprovação deste tipo de medida. “Somos frontalmente contrários a qualquer demissão. Basta parar de contratar”, adverte o líder do PDT, senador Maurício Corrêa (DF), antecipando a postura da oposição. Ao lado dele, certamente estarão as bancadas do PT, PCB, PC do B e PSB, que foram ferrenhos adversários das demissões propostas por Sarney no ano passado e são contrárias às privatizações e extinção de órgãos.

Corporativismo — Luiz Roberto Ponte descreve a cadeia de pressões que move a votação no Congresso. “O mecanismo básico é o corporativismo”, explica. No caso de demissões ou de extinção de instituições do governo, os funcionários mobilizam, em primeiro lugar, suas associações e sindicatos. Em seguida, acionam os empresários do setor que vão aos deputados e senadores. Tentam provar a necessidade de cada entidade e do trabalho dos servidores, levantam argumentos legais. Passam para dentro do Congresso e, por último, ocupam as galerias. “As galerias são o *touché*”, define Ponte, que não conseguiu a aprovação de nenhuma medida provisória deste governo que mexesse com servidores.

Ao contrário, o Congresso fez ressurgir entidades, como o Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Geipot (Grupo Executivo de Planejamento de Transportes), a EBTU (Empresa Brasileira de Transportes Urbanos) e a Sudesul (Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul), que estavam extintas. Para driblar esses projetos, os parlamentares utilizam alguns artifícios. Quando o presidente José Sarney enviou a Medida Provisória nº 33 ao Congresso com a demissão de 84 mil funcionários, o senador José Ignácio (PSDB-ES) devolveu o ato ao Executivo, alegando que demitir não é função legislativa. Teve ao seu lado, o senador Itamar Franco (PRN-MG), hoje vice-presidente eleito. Outros congressistas alegaram, para se livrar da responsabilidade, que o governo não queria assumir as demissões.

Na tentativa de privatização desencadeada por Sarney, o então líder Ponte recebeu a promessa do deputado João Agripino (PMDB-PB) de que a medida provisória seria rejeitada, mas que um projeto de lei, com normas mais genéricas, tramitaria em regime de urgência. É este o projeto esquecido há mais de um ano numa das gavetas do Congresso. A esse mesmo destino, estão condenados projetos que pretendam alterar incentivos regionais ou a lei salarial em vigor. “Não se mexe em incentivo regional nesta Casa”, decreta o deputado Inocêncio de Oliveira. “É só os trabalhadores dizerem que não querem o fim da lei salarial para o Congresso não substituí-la”, lembra o ministro Ponte.



Parlamentares sondam eleitor para saber como devem votar

Líderes não querem bloco

A formação do bloco partidário que poderia facilitar a vida do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, no Congresso Nacional, está praticamente fora de cogitação até mesmo pelos líderes partidários dispostos a apoiar o novo governo. A razão é única: nenhum deles quer perder os privilégios conferidos à liderança. Se houvesse a oficialização de um bloco, a Câmara e o Senado teriam, a partir deste ano, a figura do líder da maioria, criada pela Constituição. Este líder representaria o pensamento da maioria dos parlamentares, mas, em compensação, eliminaria a função de líder dos partidos integrantes do bloco.

“Ninguém quer abrir mão de suas prerrogativas”, diz o deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), presidente em exercício da Câmara. Os líderes, independentemente do número de parlamentares de sua bancada, têm alguns privilégios: um gabinete mais amplo com mais funcionários; franquia telefônica e telegráfica maior; carro com motorista, além de um horário garantido para discursar em plenário. Na falta de um bloco, o líder da maioria, como ficou combinado entre os parlamentares, acaba sendo mesmo o líder do partido de maior bancada. Até agora, o PMDB.

Este será um dos assuntos a serem tratados pelos líderes partidários na próxima quarta-feira, véspera de reabertura do Congresso. Eles tentarão alinhar

uma agenda de votações para este mês, mantendo a rotina de votações nas terças, quartas e quintas-feiras. Nesse encontro, a definição mais polêmica fica com uma das novas regras do Regimento Interno da Câmara, que prevê o **voto ponderado** dos líderes nas discussões para definição de prioridades de pauta. Isso acabará por enfraquecer os partidos de esquerda, que até hoje tiveram voto igual aos grandes partidos, conseguindo, às vezes, emperrar votações acertadas pelas bancadas majoritárias. Agora, com o **voto ponderado**, cada líder terá a força de suas bancadas.

Esta nova sistemática de funcionamento do Congresso preocupa a esquerda, pois uma série de temas de grande impacto socio-econômico deverão ser votada ao longo do ano. Praticamente prontos pelas comissões da Câmara, projetos tratando do código do consumidor, da lei agrícola, da lei das diretrizes e bases da educação, plano de custeio da previdência e a lei da política mineral estão à espera de votação. Ao lado da legislação complementar à Constituição, os parlamentares terão todas as medidas a serem encaminhadas pelo presidente Collor. E um tema muito especial a cada um dos parlamentares: a definição das regras que balizarão a disputa eleitoral da eleição de outubro, quando a grande maioria estará disputando a reeleição. (R.B e R.T)